

**INEPAR S/A – INDÚSTRIA E
CONSTRUÇÕES - Em Recuperação
Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de
2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório da Administração

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

Parecer do Conselho Fiscal

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações
Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor
Independente

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2019

Senhores Acionistas.

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em observância às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhada do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

Mensagem da Administração e a Recuperação Judicial

A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

Nesse sentido, as Organizações Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

No contexto mundial vemos nos últimos anos um excesso de liquidez financeira pronta para ser aplicada em projetos da economia real.

Já o atual Governo Brasileiro está comprometido com a atração de capital estrangeiro para viabilizar o crescimento da economia brasileira.

Boa parte desses capitais estrangeiros, quando vem para o Brasil, necessitam encontrar parceiros locais para viabilizar seus investimentos. E é nesse contexto que as empresas Inepar/IESA se apresentam como uma excelente alternativa.

No final de 2014, a Companhia, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais,

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2019

dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.

Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo INEPAR, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Histórico do período Novembro de 2014 a dezembro de 2019

- Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014.
- O Plano de recuperação judicial do Grupo foi aprovado por 90% dos credores.
- Redução do passivo sujeito à RJ de R\$ 1,9 bilhões.
- Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido, com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a conversão das debêntures, os credores concursais passarão a deter 83,5% de participação societária, podendo o BNDES se tornar um sócio relevante na Inepar.
- A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos “non core” que foram fonte de recursos para a estabilização da Companhia.
- Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas conversíveis em ações ordinárias da Companhia (“INEP3”), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.
- Liquidação superior a 90% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.

Durante esse período de recuperação judicial há que se lembrar que o país enfrenta sua mais longa crise econômica e financeira, hoje agravada pela pandemia do COVID-19.

A Inepar já procedeu com o pagamento de aproximadamente R\$ 360 milhões da Classe I relacionadas às obrigações trabalhistas, havendo apenas e tão somente um saldo pendente de pagamento de aproximadamente R\$ 315 mil relativos ao primeiro biênio dos créditos incontroversos, que somados aos R\$ 12 milhões

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31** **DE DEZEMBRO DE 2019**

para pagamento a ser realizado da Classe IV, totalizam aproximadamente R\$ 13 milhões para que possamos decretar o fim da RJ do Grupo Inepar.

Já concluímos com o pagamento de aproximadamente R\$ 1,5 bilhões das suas obrigações da Classe III – créditos quirografários, com o lançamento de valores mobiliários (ações e debêntures perpetuas conversíveis em capital), e com previsão do lançamento complementar dos valores mobiliários da ordem de aproximadamente R\$ 500 milhões.

Além dos pagamentos acima, já foi determinado pelo Juízo da Recuperação Judicial a transferência de valores para pagamento dos créditos incontroversos e exigíveis da Classe IV – Micro e Pequenas Empresas, devendo o pagamento ocorrer ainda no exercício de 2020 com o ingresso dos referidos recursos que são objeto do deferimento judicial e ou com a venda dos ativos previstos no plano de recuperação judicial.

Ainda, para fazer frente aos pagamentos, em um ambiente macroeconômico adverso do nosso país, as Empresas das Organizações Inepar efetivou diversas alienações das suas participações societárias, dentre as quais destacamos: (i) Venda da participação acionária da lesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A; (ii) Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A; (iii) Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao Refis, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE; (iv) Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.(atual Energisa Mato Grosso S.A); (v) Venda da participação acionária da lesa no capital da Inepar Capacitores S.A; e (vi) Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara, leilão realizado em 21/05/2018.

Atualmente, nos autos da Recuperação Judicial está em trâmite o processo de alienação da UPI IPM e IOG, bem como de parte da Planta Araraquara, processo este que se iniciou com a publicação do Edital de Oferta Pública em 26.02.2019, tendo sido homologada a Proposta de Aquisição em decisão proferida em 27.03.2020 e publicada em 15.04.2020, estando em curso o prazo para realização de diligências, celebração do instrumento de compra e venda e pagamento do depósito inicial previsto na proposta homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial. O valor do negócio é de R\$ 370 milhões mais atualizações monetárias.

Dentro deste contexto, com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo e cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

estão em andamento e para novos projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando para concretizar a alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação, entre os quais citamos:

I - Operações que serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

- a) Alienação das ações da UPI IOG;
- b) Alienação das ações da UPI Charqueadas, imóvel localizado no município de Charqueadas;
- c) Alienação do imóvel situado no município de Macaé; e
- d) Alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

II - Além da disponibilidade dos ativos acima, também foi procedido:

- a) A instauração de arbitragem contra a Petrobras, visando o ressarcimento de valores devidos pelo cancelamento unilateral do contrato com a Tupi-BV e PNBV.
- b) a constituição do FIDC (Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos no valor aproximado de R\$ 700 milhões. Estes créditos serão utilizados principalmente para negociar a liquidação de passivos junto ao BNDES e debenturistas da 5ª emissão.
- c) Acordo com Furnas com entrada de recursos de R\$ 140 milhões.

III -- Outras ações em andamento.

- a) Intenso trabalho na monetização de ativos em discussão judicial fora do FIDC.
- b) Redução dos custos operacionais da ordem de R\$ 11 milhões por ano;
- c) Intensificação do trabalho comercial com a conquista de novos clientes;
- d) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos;
- e) Preparação de um Plano Estratégico de 5 anos que visa determinar todas as ações necessárias para manutenção das atividades pré e pós RJ.
- f) Gestão inteligente do passivo extra concursal para vinculação dos pagamentos à realização dos ativos a fim de não pressionar as atividades.
- g) Adesão ao Programa de Transação Individual instituído pela Lei 13.988/2020 (conversão da MP-899/2019). Esta adesão permitirá uma redução significativa no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável na redução de juros, multas e encargos legais.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

- h) A empresa está finalizando em 2020 uma revisão geral das suas dívidas tributárias, visando a possibilidade de reduzi-las com base na súmula vinculante nº 08 e outras oportunidades em aplicação.
- i) Após a liquidação parcial dos contratos junto ao BNDES, ainda restou um saldo devedor de contrato no montante de R\$ 357 milhões que foi renegociado para pagamento em 20 anos com correção pela TJLP + 3% a.a. A Administração da Inepar está em contato permanente com o BNDES visando sanar as pendências existentes.

A Administração continua engajada e confiante na conclusão do plano de alienação de "ativos non-core" e o reconhecimento de processos judiciais (segundo as normas contábeis vigentes, os processos judiciais só podem ser efetivamente reconhecidos na conta de ativos após decisão favorável, em última instância, ao passo que os investimentos tanto em ativos operacionais como não operacionais não podem ser reavaliados) e, portanto, devem ser reconhecidos apenas quando da sua realização.

É oportuno destacar que as Organizações INEPAR tem hoje um grande volume em discussão de pleitos e adicionais contratuais junto aos clientes, com alta probabilidade de êxito, resultantes de discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo, prazo, quantidade, preço, problemas de medição e atrasos de recebimento na prestação de serviços e venda de equipamentos, junto a clientes de economia pública, mista e privada.

No curto prazo, a empresa está empenhada em recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível.

No médio e longo prazo, com a recuperação da economia brasileira, a empresa, através das suas subsidiárias, tende a gerar oportunidades com projetos na área de infraestrutura, pois, neste período de recuperação judicial, efetuou e está ainda fazendo uma readequação nas suas despesas operacionais e redução dos custos de produção.

Apresentamos abaixo uma projeção do Balanço Patrimonial de 31/12/2019 com os valores dos ativos valorizados de acordo com o Plano de Recuperação Judicial aprovado em 2015, e já considerando a atual proposta da Geoterra para a compra das UPI-IPM e IOG.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2019***(Em milhares de reais)*

	Consolidado	
	Balanco Patrimonial 31/12/2019	Balanco Projetado 31/12/2019
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	575	575
Contas a receber de clientes	135.450	135.450
Títulos e valores mobiliários	33.384	33.384
Estoques	7.360	7.360
Impostos a recuperar	27.135	27.135
Dividendos a receber	73	73
Despesas antecipadas	15	15
Outros créditos	45.972	45.972
Total do Ativo Circulante	249.964	249.964
Não Circulante		
Cientes		
Contas a receber de clientes	482	482
Partes relacionadas	67.885	67.885
Títulos a receber	8.862	8.862
Impostos a recuperar	72.867	72.867
Depósitos judiciais	67.834	67.834
Outros créditos	396	1.745.696
Investimentos	260.491	577.603
Imobilizado	272.840	560.169
Intangível	406.558	406.558
Total do Ativo Não Circulante	1.158.215	3.507.956
Total do Ativo	1.408.179	3.757.920

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	Balanco Patrimonial	Balanco Projetado
	31/12/2019	31/12/2019
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores	115.644	115.644
Financiamentos e empréstimos	241.487	241.487
Debêntures	120.353	120.353
Salários e encargos sociais	415.283	415.283
Impostos e contribuições a recolher	771.915	471.915
Dividendos propostos	3.341	3.341
Provisão de custos e encargos	115.575	115.575
Adiantamentos de clientes	148.793	148.793
Títulos a pagar	40.668	40.668
Outras contas a pagar	192.443	192.443
Total do Passivo Circulante	2.165.502	1.865.502
Não Circulante		
Financiamentos e empréstimos	296.210	296.210
Salários e encargos sociais	2.562	2.562
Impostos e contribuições a recolher	290.413	290.413
Partes relacionadas	43.754	43.754
Impostos diferidos	103.795	103.795
Títulos a pagar	-	-
Provisão de custos e encargos	2.303	2.303
Provisão para contingências	517.411	517.411
Provisão para passivo a descoberto	1.262	1.262
Outras contas a pagar	965	965
Total do Passivo Não Circulante	1.258.675	1.258.675
Patrimônio Líquido		
Participação dos minoritários	(52.449)	(52.449)
Patrimônio líquido da controladora		
Capital social	412.484	412.484
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	180.292	180.292
Reserva de reavaliação	31.188	635.629
Debêntures perpétuas	335.741	335.741
Créditos quirografários a converter	99.157	99.157
Prejuízos acumulados	(3.861.734)	(1.816.434)
Ajuste de avaliação patrimonial	842.396	842.396
	(1.963.549)	686.192
Total do Patrimônio Líquido	(2.015.998)	633.743
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.408.179	3.757.920

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31** **DE DEZEMBRO DE 2019**

Notas explicativas

01- No Balanço Patrimonial de 31/12/2019, a Companhia não registrou os valores dos pleitos apresentados aos clientes. No entanto, devido à alta probabilidade de êxito, estes foram incluídos para demonstração do balanço projetado da Inepar S.A Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes das Organizações Inepar. Os valores dos pleitos estão lançados na linha de outros créditos.

02- As linhas de investimentos e imobilizado tiveram um aumento devido às atualizações dos ativos, majorados nos mesmos valores apresentados no laudo de viabilidade econômica das Organizações Inepar e do laudo de avaliação dos ativos imobilizados. Estes valores, apresentados aqui de forma gerencial, não serão alterados nos Balanços Patrimoniais publicados no futuro e terão seus valores reconhecidos apenas no momento da alienação de cada ativo.

03- Estão lançados na rubrica de "Reserva de Reavaliação" os valores dos ativos que foram reavaliados quando do lançamento do Plano de Recuperação Judicial. O acréscimo decorrente da reavaliação somente será contabilizado após a realização da venda, de acordo com a legislação em vigor.

04- No prejuízo acumulado, foi considerado o valor apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2019, acrescido do lucro líquido oriundo dos registros dos pleitos a receber.

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste exercício encerrado em 31/12/2019 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela RSM Brasil Auditores Independentes SS. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

**Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2019**

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer com abstenção de opinião, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações.

INEPAR S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	20	89	575	2.594
Clientes	6	8.549	9.525	135.450	152.250
Títulos e valores mobiliários	7	32.784	32.782	33.384	32.797
Estoques	8	-	-	7.360	20.040
Impostos a recuperar	10	4.941	8.425	27.135	14.088
Dividendos a receber	-	-	-	73	84
Despesas antecipadas	-	15	-	15	-
Outros créditos	11	34.403	16.272	45.972	23.339
Total do Ativo Circulante		80.712	67.093	249.964	245.172
Não Circulante					
Clientes	6	482	482	482	32.878
Contas a receber de partes relacionadas	21	410.852	398.398	67.885	74.793
Títulos a receber	9	7.774	7.774	7.774	7.774
Títulos e valores mobiliários	7	400	-	1.088	-
Impostos a recuperar	10	31.629	32.110	72.867	77.117
Depósitos judiciais		14.385	14.620	67.834	70.081
Outros créditos	11	350	4.317	396	4.630
Investimentos	12	391.430	445.629	260.491	268.139
Imobilizado	13	116.774	102.063	272.840	283.268
Intangível	14	391.513	391.513	406.558	409.197
Total do Ativo Não Circulante		1.365.589	1.396.906	1.158.215	1.227.857
Total do Ativo		1.446.301	1.463.999	1.408.179	1.473.029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INEPAR S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06
Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)					
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	-	29.989	29.580	115.644	101.243
Financiamentos e empréstimos	15	111.995	71.258	241.487	196.893
Debêntures a pagar	16	120.353	113.772	120.353	113.772
Salários e obrigações sociais	-	31.872	28.540	415.283	365.855
Impostos e contribuições a recolher	17	420.448	364.925	771.915	597.823
Dividendos propostos	-	3.317	3.317	3.341	3.341
Provisão passiva de custos e encargos	18	-	-	115.575	115.601
Adiantamentos passivos sobre encomendas	19	-	-	148.793	148.754
Títulos a pagar	-	40.668	49.992	40.668	49.992
Outras contas a pagar	24	132.378	95.495	192.443	141.539
Total do Passivo Circulante		891.000	756.879	2.165.502	1.834.813
Não Circulante					
Financiamentos e empréstimos	15	276.417	287.032	286.210	307.444
Salários e obrigações sociais	-	-	-	2.562	2.564
Impostos e contribuições a recolher	17	263.926	226.860	290.413	355.563
Contas a pagar a partes relacionadas	21	375.475	367.140	43.754	56.877
Impostos diferidos passivos	20.1	30.967	31.856	103.795	105.563
Provisão passiva de custos e encargos	18	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisão para contingências	22	242.510	225.033	517.411	384.510
Provisão para passivo a descoberto	23	1.327.252	1.103.780	1.262	1.260
Outras contas a pagar	24	-	8.686	965	9.610
Total do Passivo Não Circulante		2.518.850	2.252.690	1.258.675	1.225.694
Total do Passivo Circulante e Não Circulante		3.409.850	3.009.569	3.424.177	3.060.507
Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)					
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) da Controladora					
Capital social	25a	412.484	408.311	412.484	408.311
Gasto com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital		180.292	155.272	180.292	155.272
Reserva de reavaliação		31.188	32.120	31.188	32.120
Debêntures perpétuas		335.741	246.849	335.741	246.849
Créditos quirografários a converter		99.157	244.759	99.157	244.759
Prejuízos acumulados		(3.861.734)	(3.417.725)	(3.861.734)	(3.417.725)
Ajuste de avaliação patrimonial		842.396	787.917	842.396	787.917
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) da Controladora		(1.963.549)	(1.545.570)	(1.963.549)	(1.545.570)
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) dos Não Controladores		-	-	(52.449)	(41.908)
Total Geral do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		(1.963.549)	(1.545.570)	(2.015.998)	(1.587.478)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		1.446.301	1.463.999	1.408.179	1.473.029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INEPAR S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06
Demonstração de Resultados
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita Operacional Líquida	27	-	-	13.143	48.867
Custos dos produtos e serviços		-	-	(11.143)	(20.563)
Lucro Bruto		-	-	2.000	28.304
Receitas [Despesas] Operacionais					
Despesas de Vendas		-	-	(3.796)	(4.051)
Perdas no Recebimento de Créditos de Clientes		(14.837)	912	(57.775)	(18.148)
Administrativas e Gerais		(47.303)	(22.654)	(107.216)	(79.020)
Provisão para Contingências		(97.878)	(170.559)	(188.072)	(179.034)
Outras Receitas e (Despesas) Operacionais		120.335	90.872	28.028	21.299
Resultado da Equivalência Patrimonial	12	(338.303)	(190.778)	(5.677)	(18.306)
Total das Receitas [Despesas] Operacionais		<u>(377.986)</u>	<u>(292.207)</u>	<u>(334.508)</u>	<u>(277.260)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro		(377.986)	(292.207)	(332.508)	(248.956)
Resultado Financeiro					
(Despesas) Financeiras	28	(76.749)	(26.634)	(139.071)	(353.670)
Receitas Financeiras	28	3.228	7.324	7.793	280.818
Total do Resultado Financeiro		<u>(73.521)</u>	<u>(19.310)</u>	<u>(131.278)</u>	<u>(72.852)</u>
Prejuízo Antes dos Tributos		(451.507)	(311.517)	(463.786)	(321.808)
Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)					
IRPJ e CSLL Correntes	19.2	-	-	-	-
IRPJ e CSLL Diferidos	19.2	408	(369)	(285)	2.760
Total da (Despesa) Receita de IRPJ e CSLL		<u>408</u>	<u>(369)</u>	<u>(285)</u>	<u>2.760</u>
Total do Prejuízo Líquido		<u>(451.099)</u>	<u>(311.886)</u>	<u>(464.071)</u>	<u>(319.048)</u>
Prejuízo Líquido Atribuível:					
Aos acionistas controladores				(451.099)	(311.886)
Aos acionistas não controladores				(12.972)	(7.162)
				<u>(464.071)</u>	<u>(319.048)</u>
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício		4.812.385	4.320.459		
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício		3.156.808	3.156.807		
Resultado básico e diluído por lote de mil ações ordinárias-R\$ com centavos		<u>(54.448,46)</u>	<u>(40.021,60)</u>		
Resultado básico e diluído por lote de mil ações preferenciais- R\$ com centavos		<u>(59.893,30)</u>	<u>(44.023,78)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INEPAR S.A. Indústria e Construções - Em recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F. - Nº 76.627.504/0001-06
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Resultados Abrangentes										Total Geral do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		
	Capital Social	Gasto com Sub. de Ações	Res. de Capital	Debêntures Perpetuas	Créditos Quirografários a Converter	Ações em Tes.	Prejuízos Acumulados	Res. de Reav.	Custo de AAP	Ajuste de Avaliação Patrimonial		Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) dos Acionistas Controladores	Participação dos Acionistas Não Controladores
Em 31 de dezembro de 2017	407.299	(3.073)	155.272	247.861	238.097	(8.303)	(3.113.683)	33.270	60.350	734.328	(1.248.582)	(35.268)	(1.283.850)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	(311.886)	-	-	-	(311.886)	(7.162)	(319.048)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CBD)	-	-	-	-	-	-	4.395	-	-	-	4.395	-	4.395
Outros Resultados Abrangentes:													
Realização da Reserva Reavaliação	-	-	-	-	-	-	1.150	(1.150)	-	-	-	-	-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	-	-	-	10.602	-	(10.602)	-	-	-	-
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	3.841	3.841	-	-	3.841
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos Outros Resultados Abrangentes													
Resultado Abrangente Total	938			(938)	6.662	(8.303)	(3.409.422)	32.120	49.748	738.169	6.662	(41.908)	(1.587.478)
Aumento de Capital - 337ª RCA de 25/10/2018	74			(74)	244.759	(8.303)	(451.099)	-	-	-	-	(12.972)	(464.071)
Aumento de Capital - 338ª RCA de 18/12/2018							4.278	-	-	-	4.278	-	4.278
Créditos quirografários a converter													
Em 31 de dezembro de 2018	408.311	(3.073)	155.272	246.849	244.759	(8.303)	(3.409.422)	32.120	49.748	738.169	6.662	(41.908)	(1.587.478)
Prejuízo Líquido do Exercício							932	(932)	-	-	-	-	-
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CBD)							1.880	-	(1.880)	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes:													
Realização da Reserva Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.713)	(5.713)	-	-	(5.713)
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos na conversão de Debêntures perpétuas	-	-	-	-	-	-	-	-	62.072	62.072	62.072	81	81
Total dos Outros Resultados Abrangentes													
Resultado Abrangente Total	(1)			1	(136.154)	(8.303)	(3.853.431)	31.188	47.868	794.528	(390.462)	(10.541)	(401.003)
Redução de Capital - 340ª RCA de 28/01/2019	84			(84)	(7.448)	(8.303)	99.157	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital - 341ª RCA de 15/02/2019	453			(453)									
Aumento de Capital - 342ª RCA de 28/03/2019	472			(472)									
Aumento de Capital - 344ª RCA de 01/07/2019	3.165		25.020	84.490	(136.154)	(8.303)	99.157	-	-	-	-	-	28.185
Aumento de Capital - 345ª RCA de 01/07/2019				5.410	(7.448)	(8.303)	99.157	-	-	-	-	-	(53.664)
Deb. perpétuas-10ª em. 345ª RCA de 01/07/2019				335.741		(8.303)	(3.853.431)	31.188	47.868	794.528	(1.963.549)	(52.449)	(2.038)
Deb. perpétuas-11ª em. 345ª RCA de 01/07/2019													(2.015.998)
Em 31 de dezembro de 2019	412.484	(3.073)	180.292	335.741	99.157	(8.303)	(3.853.431)	31.188	47.868	794.528	(1.963.549)	(52.449)	(2.015.998)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INEPAR S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06
Demonstração dos Resultados Abrangentes
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Total do Prejuízo Líquido do Exercício		(451.099)	(311.866)	(464.071)	(319.048)
Outros Resultados Abrangentes					
. Ajuste patrimonial reflexo de Investida (CBD)		4.278	4.395	4.278	4.395
. Ganhos/Perdas de capital s/ Coligadas		(5.713)	3.841	(5.713)	3.841
. Ganho na conversão de debêntures perpétuas		62.072	-	64.422	-
. Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior		-	-	81	522
Total dos Outros Resultados Abrangentes		60.637	8.236	63.068	8.758
Total dos Resultados Abrangentes		(390.462)	(303.650)	(401.003)	(310.290)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INEPAR S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(451.099)	(311.886)	(451.099)	(311.886)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Depreciações e amortizações	3.397	4.133	12.200	16.744
Perda na alienação de imobilizado/investimentos	-	23.050	32.223	48.757
Equivalência patrimonial	338.303	190.778	5.678	18.306
Participação de acionistas não controladores	-	-	12.972	7.162
Variações monetárias e cambiais	3.729	(12.296)	16.426	1.024
Provisões (Reversões)	17.477	167.498	132.874	(2.183)
Valor Justo sobre Propriedade para Investimento	-	-	-	(18.999)
Prejuízo do exercício ajustado	(88.193)	81.277	(238.726)	(241.076)
(Aumento) Redução nos Ativos Operacionais:				
Contas a receber de Clientes	976	(3)	49.196	75.875
Estoques	-	-	12.680	170.889
Títulos a receber	-	-	-	4.160
Impostos a recuperar	3.965	1.710	(8.797)	4.432
Despesas antecipadas	(15)	-	(15)	311
Outros créditos	(13.929)	(6.857)	(16.172)	15.038
Total da Redução nos Ativos Operacionais	(9.003)	(5.160)	38.892	270.705
Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais:				
Fornecedores	389	7.178	14.401	(12.305)
Salários e encargos sociais	3.332	1.155	49.426	(9.611)
Impostos e contribuições a recolher	92.589	16.624	108.942	38.737
Impostos diferidos passivos	(888)	(1.097)	(1.767)	(2.052)
Adiantamentos passivos sobre encomendas	-	-	39	(5.671)
Títulos a pagar	(9.324)	16.140	(9.324)	16.001
Outras contas a pagar	28.197	(31.915)	18.747	(56.917)
Total do Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais	114.296	8.085	180.464	(31.818)
Total do Caixa (Consumido nas) Atividades Operacionais	17.099	64.212	(21.370)	(2.188)
Atividades de Investimentos				
Ganho sobre participações societárias	-	-	(81)	(520)
Títulos e Valores Mobiliários	(402)	-	(1.675)	-
Aquisições imobilizados e Intangíveis	(18.108)	-	(30.750)	(8)
Efeito da venda de Investida anteriormente consolidada	-	-	-	(23)
Operações de mútuos com empresas ligadas	(12.454)	(29.895)	6.908	8.265
Total do Caixa (Consumido nas) Atividades de Investimentos	(30.964)	(29.895)	(25.598)	7.714
Atividades de Financiamentos				
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(914)	-	(914)
Captação de financiamentos e empréstimos	5.966	-	5.966	10.944
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	(505)	(42.428)	(9.966)	(44.136)
Amortização de financiamentos e empréstimos - Juros	-	-	-	(255)
Operações de mútuos com empresas ligadas	8.335	9.015	(13.123)	27.860
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	62.072	-
Total do Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamentos	13.796	(34.327)	44.949	(6.501)
Total da (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(69)	(10)	(2.019)	(975)
Caixa e Equivalentes de Caixa				
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	89	99	2.594	3.569
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	20	89	575	2.594
Total da (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(69)	(10)	(2.019)	(975)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INEPAR S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06
Demonstração do Valor Adicionado
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Valor Adicionado A Distribuir	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
1. Receitas					
Venda de mercadorias, produtos e serviços		-	-	15.680	56.560
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(14.837)	912	(57.774)	(17.594)
Outras Receitas/Despesas		34.871	92.173	(88.467)	80.598
Total das Receitas		20.034	93.085	(130.661)	119.664
2. Insumos Adquiridos de Terceiros					
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos		-	-	(7.659)	(13.578)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(39.282)	(183.937)	(123.426)	(274.962)
Total dos Insumos Adquiridos de Terceiros		(39.282)	(183.937)	(131.085)	(288.540)
3. Valor Adicionado Bruto (Itens 1 + 2)		(19.248)	(90.852)	(261.646)	(168.976)
4. Depreciação e Amortização		(3.397)	(4.133)	(12.200)	(16.744)
5. Valor Adicionado Líquido (Itens 3+ 4)		(22.645)	(94.985)	(273.846)	(185.720)
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência					
Resultado de Equivalência Patrimonial		(338.303)	(190.778)	(5.678)	(18.306)
Receitas Financeiras		3.228	7.324	7.793	280.818
Total do Valor Adicionado Recebido em Transferência		(335.075)	(183.454)	2.116	262.512
7. Total do Valor Adicionado A Distribuir (Itens 5 + 6)		(357.720)	(278.439)	(271.731)	76.792
Distribuição do Valor Adicionado					
1. Pessoal					
Salários e Encargos		4.339	5.299	14.407	15.029
Benefícios		-	-	18.142	14.088
FGTS		-	-	1.148	1.379
Total de Pessoal		4.339	5.299	33.697	30.494
2. Impostos, Taxas e Contribuições					
Federais		12.005	1.204	17.683	8.549
Estaduais		-	-	979	2.132
Municipais		-	-	-	44
Total de Impostos, Taxas e Contribuições		12.005	1.204	18.662	10.725
3. Remuneração de Capitais de Terceiros					
Juros		76.749	26.634	139.071	353.670
Aluguéis		286	310	910	951
Total da Remuneração de Capitais de Terceiros		77.035	26.944	139.981	354.621
4. Remuneração de Capitais Próprios					
Prejuízo Líquido do Exercício		(451.099)	(311.886)	(451.099)	(311.886)
Participação de Acionistas Não Controladores-Lucro		-	-	(12.972)	(7.162)
Total da Remuneração de Capitais Próprios		(451.099)	(311.886)	(464.071)	(319.048)
5. Total do Valor Adicionado Distribuído (Itens 1 + 2,+ 3 + 4 e 5)		(357.720)	(278.439)	(271.731)	76.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Inepar S.A Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3, e está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

No contexto mundial vemos nos últimos anos um excesso de liquidez financeira pronta para ser aplicada em projetos da economia real.

Já o atual Governo Brasileiro está comprometido com a atração de capital estrangeiro para viabilizar o crescimento da economia brasileira.

Boa parte desses capitais estrangeiros, quando vem para o Brasil, necessitam encontrar parceiros locais para viabilizar seus investimentos. E é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/IESA se apresentam como uma excelente alternativa.

PROCESSO GLOBAL DA REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 29/08/2014, a Inepar S.A. Indústria e Construções ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

A despeito dos esforços da administração junto aos credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da Companhia.

A medida visou proteger o valor dos ativos das sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A referida decisão determinou, ainda, dentre outras providências:

- a) Nomeou, como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo Inepar, nos termos do art. 6º, ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º e 7º, e o disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, todos da LFRE.
- c) Determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, e
- d) Determinou a apresentação, pelas empresas, de plano de recuperação judicial, na forma do art. 53 da LFRE, até o dia 24/11/2014.

O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado no prazo determinado.

Em 13/05/2015, os credores do Grupo Inepar, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do plano de recuperação judicial proposto pelas empresas em recuperação. Em 25/05/2015, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu decisão homologando o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas empresas do Grupo Inepar.

De acordo com o Plano de Recuperação Judicial os credores formalizaram a escolha da sua respectiva opção de recebimento dos créditos no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano, portanto, o prazo final encerrou-se em 25/07/2015.

Dando sequência aos procedimentos legais sobre a Recuperação Judicial, a Inepar S.A. Indústria e Construções realizou Assembleias com os acionistas nos dias 14/10/2015 e 15/10/2015 e em 25/11/2015 e 28/12/2015, visando às emissões das ações e debêntures perpétuas necessárias para cumprir os compromissos com os credores da Recuperação Judicial de todas as empresas do Grupo.

Os efeitos contábeis das conversões das dívidas em ações e debêntures foram refletidos nas demonstrações financeiras de 31/12/2015.

Com base em Parecer Contábil do Professor Eliseu Martins, a Companhia classificou nas demonstrações financeiras as debêntures perpétuas emitidas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente conversíveis em ações.

A diferença entre o passivo baixado e o valor justo da debênture emitida, foi reconhecida como outros resultados abrangentes e não no resultado do exercício.

Ainda, com base no parecer dos nossos consultores jurídicos, efetuamos a reclassificação, em 2015, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia.

Destacamos ainda, que conforme as AGE's nºs 84º e 85º, realizadas em 25/11/2015 e 28/12/2015 respectivamente, foram autorizadas as 6º, 7ª, 8ª e 9ª emissão das debêntures perpétuas, totalizando o montante de R\$247.861 e as mesmas AGE's autorizaram também os aumentos de capital no montante de R\$163.592.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Através das AGE nº 88ª realizada em 12/08/19, foram autorizadas as emissões das debêntures perpétuas da 10ª e 11ª séries, nos valores de R\$121.560 e R\$6.507 respectivamente.

Nesta mesma AGE nº 88, foi autorizado a emissão de 398.266 ações ordinárias, no montantes de R\$28.186, para quitação de obrigações com diversos credores.

O Plano de Recuperação Judicial propiciou à Companhia aderir em 2015 ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014. A adesão ao referido REFIS permitiu uma redução no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), este processo do Refis foi substituído a partir de janeiro de 2020 pela Transação Individual, conforme requerimentos já enviados à PGFN, de acordo com a Lei nº. 13.988/2020 (conversão da MP nº 899/2019).

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações societárias, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da Ilesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A..
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A..
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao REFIS, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE.
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energia Mato Grosso S.A.).
- Venda da participação acionária da Ilesa no capital da Inepar Capacitores S.A..
- Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

- 1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.
- 2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria. O preço da venda desta UPI foi de R\$115 milhões.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O percentual de 49% do preço de venda dos ativos da UPI referentes à hidro geração, foram utilizados para pagamento das debêntures permutáveis, conforme previsto no plano de recuperação judicial. Já o percentual de 51% do preço de venda dos ativos da UPI referentes à hidro geração, acrescido de 100% do preço da fração da planta de Araraquara foram utilizados para pagamento das obrigações do Grupo Inepar. Ainda, ressaltamos ainda que o leilão da UPI acima informado teve como objetivo utilizar os recursos para viabilizar a saída da empresa do processo de recuperação judicial e o compromisso de quitação e prioridade de verbas trabalhistas.

Estas monetizações de ativos "non-core" como Andritz e TIISA, propiciaram que as empresas Inepar fizessem a adesão ao programa REFIS, permitindo assim uma redução considerável das suas dívidas tributárias.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível.

No médio e longo prazo, com a recuperação da economia brasileira, a empresa através das suas subsidiárias tende a gerar oportunidade com projetos na área de infraestrutura, pois neste período de recuperação judicial efetuou uma readequação nas suas despesas operacionais e redução dos custos de fabricação.

A Companhia está atenta ao mercado para continuar vendendo os seus ativos "non-core", o que deverá gerar saldo de caixa positivo.

Com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo para cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para os demais projetos que a empresa irá participar a administração está trabalhando para a concretização da intenção de alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação Judicial, entre os quais citamos:

- As operações serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação dos bens:

- a) Alienação das ações da UPI IOG;
- b) Alienação das ações da UPI Charqueadas, imóvel localizado no município de Charqueadas;
- c) Alienação do imóvel situado no município de Macaé.

d) Alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

- Já instaurada a arbitragem contra a Tupy-BV e PNBV, visando o ressarcimento de valores devidos pelo cancelamento unilateral do contrato.

- Já ocorreu a constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está empenhada em atender todas as demandas do Plano de Recuperação Judicial, visando em data muito próxima a saída da recuperação judicial.

Todas estas ações irão permitir a entrada de recursos para manter o equilíbrio do fluxo de caixa da empresa visando suprir as necessidades dos projetos em andamento e dos projetos a serem contratados, bem como também para cumprir com as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial.

NOTA 2- BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora- As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e de suas Controladas- As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constante na demonstração financeira individuais preparada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras em um único conjunto.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em 22 de junho de 2020 pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 3–RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas: As Demonstrações Financeiras Consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A Indústria e Construções e suas Controladas apresentadas abaixo:

<u>Empresas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3. Compensações entre Contas: Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4. Conversões em Moeda Estrangeira: Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC02-Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6. Classificação e mensuração de ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros

3.7. Contas a Receber de Clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para "impairment" foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

3.8 Estoques: Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9. Investimentos: Nas Demonstrações Financeiras da Controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10. Imobilizado: A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.11. Intangível: Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12. Impairment de Ativos Não Financeiros: Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa-UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido "impairment", são revisados para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o CPC01-Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13. Contas a Pagar a Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14. Empréstimos e Financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: As despesas fiscais do período compreendem o IRPJ e a CSLL corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de IRPJ e da CSLL corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O IRPJ e da CSLL diferidos, lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da CSLL. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 CPC06(R2)/IFRS16-Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamento CPC06(R1)/IAS17-Operações de arrendamento mercantil . A Administração da Companhia entende que o impacto produzido por essa Norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a aluguéis de edifícios. Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de ocupação, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. Desta forma, a Companhia apurou o efeito estimado do registro do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço da Companhia, o qual não teve impactos relevantes para os saldos ativos e passivos da Companhia e suas controladas.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.18. Participações nos Lucros e Resultados: Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Controladora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.19. Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas: A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Em conformidade com as disposições transitórias previstas pelo IFRS 15, a Companhia efetuou os estudos sobre a aplicação desta norma e constatou que não houve impactos em lucros acumulados.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

3.21. Dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.22. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis: A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- c) "impairment" dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do IR e da CSLL;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito obtida, e
- f) mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.23. Pronunciamentos contábeis e interpretações

Descrição da norma	Data efetiva
Adotados:	
. CPC06-R2/IFRS16- Arrendamentos	1º de janeiro de 2019
. ICPC22/IFRIC23-Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IRPJ e CSLL)	1º de janeiro de 2019
A Serem Adotados:	
. CPC00-R2-Estrutura Conceitual do Relatório Financeiro	1º de janeiro de 2020
. CPC15-R1/IFRS3-Combinação de Negócios	1º de janeiro de 2020
. CPC26-R1/IAS1-Definição de Omissão Material-	1º de janeiro de 2020
. IFRS 17- Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2022

CPC06-R2/IFRS16-Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamento CPC06-R1/IAS17- Com essa nova norma, os arrendatários passaram a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para certos contratos de arrendamento mercantil, incluindo os anteriormente classificados como operacionais. Podem ficar fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo ou cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixos valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores não sofreram alterações relevantes. Em 21 de dezembro de 2017, a CVM, através da Deliberação nº 787/17, aprovou o CPC 06 (R2) que equivale à IFRS em questão. A Empresa adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2019, data efetiva da adoção inicial.

Esse pronunciamento não trouxe impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/2019, bem como no seu balanço levantado em 31/12/2018.

Interpretação Técnica ICPC22/IFRIC23 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IRPJ e CSLL)

Contexto da interpretação-itens 1, 2 e 3: Item 1- O CPC32-Tributos sobre o Lucro especifica requisitos para tributos correntes e tributos diferidos ativos e passivos. A Companhia deve aplicar os requisitos do CPC 32, com base na legislação tributária aplicável.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Item 2- Pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a determinada transação ou circunstância. A aceitabilidade de determinado tratamento tributário, de acordo com a legislação fiscal, pode não ser conhecida até que a respectiva autoridade fiscal ou tribunal tome uma decisão no futuro. Consequentemente, a contestação ou o exame de determinado tratamento fiscal pela autoridade fiscal pode afetar a contabilização do tributo corrente ou diferido ativo ou passivo da Companhia.

Item 3-Nesta interpretação- (a) "tratamentos fiscais" referem-se aos tratamentos utilizados pela Companhia ou que ela planeja utilizar nas apurações dos tributos sobre o lucro; (b) "autoridade fiscal" refere-se ao órgão ou órgãos que decidem se tratamentos fiscais são aceitáveis de acordo com a legislação tributária. Isso pode incluir tribunais; (c) "tratamento fiscal incerto" é o tratamento fiscal para o qual há incerteza sobre se a respectiva autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal de acordo com a legislação

Alcance da interpretação-item 4. Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC32 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação.

Questões da interpretação-item 5. Quando há incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro, esta interpretação trata: (a) se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente; (b) as premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais; (c) como a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e (d) como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias.

Esse pronunciamento não trouxe impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/19, bem como no seu balanço levantado em 31/12/2018.

CPC00-R2-Estrutura Conceitual do Relatório Financeiro- Esse novo CPC/IFRS esclarece as definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Não se espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia para 31/12/2020, bem como inexistem efeitos relevantes para elas em 31/12/2019;

CPC15-R1/IFRS 3-Combinação de Negócios- Definição de negócios Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, vigente a partir de 1/1/2020, alterando o CPC15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações. Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CPC26-R1/IAS1-Definição de Omissão Material- Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, vigente a partir de 1/1/ 2020, alterando o CPC26 (R1) e o CPC23 para alinhar a definição de "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das Demonstrações Financeiras de propósito geral fazem com base nessas Demonstrações Financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Outras Normas Contábeis a Serem Implantadas, Além das Citadas Anteriormente- Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

NOTA 4 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

CPC48/IFRS9- Instrumentos financeiros: A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de impairment para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

Este CPC48/IFRS9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

a) Considerações gerais- A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não-circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) **Valor de mercado** - o valor de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito e todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

c) **Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:**

Risco de crédito- A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

Riscos de taxas de juros- O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Riscos de taxas de câmbio- A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

Risco de liquidez- A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital- Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Análise de Sensibilidade

Exposição Cambial-Consolidado

- A Companhia e suas controladas apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, a fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs. 475/08 e 550/08, apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial				
	31/12/2019	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivos				
Dívida Bancária	29.222	32.144	35.066	38.062
Exposição Líquida - R\$ Mil	26.011	32.144	35.066	38.062
Exposição Líquida - US\$ Mil	7.306	7.306	7.306	7.306
Taxa Dólar	4,00	4,40	4,80	5,21

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cenário I: Variação de 10% na taxa do dólar

Cenário II: Variação de 20% na taxa do dólar

Cenário III: Variação de 30% na taxa do dólar

Varição Cambial: A Companhia está sujeita ao risco cambial em decorrência, principalmente, de empréstimos em moeda estrangeira. Em 31/12/2019, a Companhia possuía uma exposição cambial de US\$7.306 milhões, conforme quadro acima.

Exposição a Juros: A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº475/08 e 550/08.

Instrumentos Financeiros por Categoria: Em atendimento ao CPC 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31/12/2018 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31/12/2018 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Aplicações financeiras	89	-	89	Fornecedores	29.580	29.580
Contas a receber	-	9.525	9.525	Empréstimos e financ.	71.258	71.258
Títulos valores mobiliários	-	32.782	32.782	Debêntures	113.772	113.772
Outros créditos	-	16.272	16.272	Títulos a pagar	49.992	49.992
				Outras contas a pagar	95.495	95.495
				Outras contas a pagar (I)		
Total circulante	89	58.579	58.668	Total circulante	360.097	360.097
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	482	482	Empréstimos e financ.	287.032	287.032
Títulos a receber	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	8.686	8.686
Total não circulante	-	8.256	8.256	Total não circulante	295.718	295.718
TOTAL GERAL	89	66.835	66.924	TOTAL GERAL	655.815	655.815

Ativos financeiros em 31/12/2019 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31/12/2019 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	-	-	-	Fornecedores	29.969	29.969
Aplicações financeiras	20	-	20	Empréstimos e financ.	111.995	111.995
Contas a receber	-	8.549	8.549	Debêntures	120.353	120.353
Títulos valores mobiliários	-	32.784	32.784	Títulos a pagar	40.668	40.668
Outros créditos	-	34.403	34.403	Outras contas a pagar	132.378	132.378
Total circulante	20	75.736	75.756	Total circulante	435.363	435.363
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber (b)	-	482	482	Empréstimos e financ.	276.417	276.417
Títulos a receber (d)	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	-	-
Outros créditos	-	350	350			
Total não circulante	-	8.606	8.606	Total não circulante	276.417	276.417
TOTAL GERAL	20	84.342	84.362	TOTAL GERAL	711.780	711.780

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31/12/2018 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros em 31/12/2018 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	2.293	-	2.293	Fornecedores	101.243	101.243
Aplicações financeiras	301	-	301	Empréstimos e financiam.	196.893	196.893
Contas a receber	-	152.250	152.250	Debêntures	113.772	113.772
Títulos valores mobiliários	-	32.797	32.797	Títulos a pagar	49.992	49.992
Outros créditos	-	23.339	23.339	Outras contas a pagar	141.539	141.539
Total circulante	2.594	208.386	210.980	Total circulante	603.439	603.439
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	32.878	32.878	Empréstimos e financiam.	307.444	307.444
Títulos a receber	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	9.610	9.610
Outros créditos	-	4.630	4.630	Total não circulante	317.054	317.054
Total não circulante	-	45.282	45.282	TOTAL GERAL	920.493	920.493
TOTAL GERAL	2.594	253.668	256.262			

Ativos financeiros em 31/12/2019 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros em 31/12/2019 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	408	-	408	Fornecedores	115.644	115.644
Aplicações financeiras	167	-	167	Empréstimos e financiam.	241.487	241.487
Contas a receber	-	135.450	135.450	Debêntures	120.353	120.353
Títulos valores mobiliários	-	33.384	33.384	Títulos a pagar	40.668	40.668
Outros créditos	-	45.972	45.972	Outras contas a pagar	192.443	192.443
Total circulante	575	214.806	215.381	Total circulante	710.595	710.595
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	482	482	Empréstimos e financiam.	296.210	296.210
Títulos a receber	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	965	965
Títulos valores mobiliários	-	1.088	1.088	Total não circulante	297.175	297.175
Outros créditos	-	396	396	TOTAL GERAL	1.007.770	1.007.770
Total não circulante	-	9.740	9.740			
TOTAL GERAL	575	224.546	225.121			

Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	-	-	408	2.293
Aplicação financeira	20	89	167	301
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	20	89	575	2.594

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário-CDI.

NOTA 6 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Clientes interno	22.090	22.575	202.859	220.534
Clientes externo	-	-	3.663	3.768
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(13.059)	(12.568)	(70.590)	(39.174)
	9.031	10.007	135.932	185.128
Circulante	8.549	9.525	135.450	152.250
Não circulante	482	482	482	32.878

Os valores contabilizados em Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa são apurados após análise individual de cada cliente, levando-se em consideração o período de atraso dos valores a receber e a situação atual de cada devedor. No valor de R\$202.859 do consolidado consta o montante de ressarcimento de custos incorridos no Projeto de Charqueadas, conforme estabelecido no contrato assinado entre a Tupi B.V ("Tupi") e a IESA Óleo & Gás S.A.

NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outras Aplicações e Títulos	33.184	32.782	34.472	32.797
	33.184	32.782	34.472	32.797
Circulante	32.784	32.782	33.384	32.797
Não circulante	400	-	1.088	-

Refere-se, principalmente, a compra de direitos creditórios, conforme instrumento particular assinado entre a Inepar e a empresa Atlântico Agropastoril Ltda., cujos valores serão utilizados para liquidação de passivos tributários (ICMS).

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 8 - ESTOQUES

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Outras Aplicações e Títulos	32.783	32.782
	32.783	32.782
Circulante	32.782	32.782
Não circulante	1	-

O saldo de produtos em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras). As baixas efetuadas neste exercício na controlada IESA Óleo & Gás S.A, no montante de R\$9.036 referem-se as exportação dos materiais da obra de Charqueadas que estavam em poder da empresa, cuja propriedade pertencia a Tupy-BV e também pelas baixas dos materiais enviados a terceiros para a realização de industrialização sendo que estes materiais não retornaram ao nosso estabelecimento industrial. A Empresa efetuou Boletim de Ocorrência, bem como instaurou um processo visando a recuperação destes materiais que em 31/12/2019 totaliza R\$6.883.

NOTA 9 - TÍTULOS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Créditos com terceiros (a)	7.774	7.774	7.774	7.774
Não Circulante	7.774	7.774	7.774	7.774

(a) O valor lançado nesta rubrica, refere-se aos créditos contra a DNOS- Departamento Nacional de Obras e Saneamentos, por conta de processo em que a Inepar obteve decisão judicial favorável, sendo que a realização dele deverá ocorrer neste exercício.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 10- IMPOSTOS A RECUPERAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e contribuições a compensar	42	42	126	1.988
ICMS a recuperar	53	53	2.358	2.690
IPI a recuperar	974	974	1.189	1.211
PIS/COFINS lei 10833/03	-	-	658	742
Adiantamentos efetuados - parcelamentos (b)	-	-	859	2.752
Impostos e contribuições retidos na fonte	10	13	388	1.290
IRPJ diferido sobre diferenças temporárias (a)	23.071	23.424	52.735	54.243
CSLL diferido sobre diferenças temporárias (a)	8.306	8.433	18.984	19.528
Demais créditos (c)	4.114	7.596	22.705	6.761
	36.570	40.535	100.002	91.205
Circulante	4.941	8.425	27.135	14.088
Não circulante	31.629	32.110	72.867	77.117

a) Os valores referentes ao imposto de renda e a contribuição social diferido, na controladora, referem-se a créditos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, reconhecidos até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

b) Constituição de créditos por conta de pagamentos efetuados antecipadamente para a Receita Federal do Brasil e que serão compensados nos próximos parcelamentos.

c) Correspondem, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição de INSS recolhidos indevidamente junto à Receita Federal do Brasil e que se encontram na fase de análise.

NOTA 11- OUTROS CRÉDITOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento a Empregados	52	69	909	872
Adiantamento a Fornecedores	611	-	295	1.094
Valores a Receber - venda participação TIISA (a)	-	-	240	1.125
Gerdau S/A (b)	4.547	9.296	4.547	9.296
Contas a receber - Andritz (c)	-	11.000	-	11.000
Acordo (d)	29.319	-	34.566	-
Outros	224	224	5.811	4.582
Total	34.753	20.589	46.368	27.969
Circulante	34.403	16.272	45.972	23.339
Não circulante	350	4.317	396	4.630

a) Refere-se, principalmente ao saldo do valor da venda pela IESA, de 32,47% da participação societária da TIISA-Triunfo IESA Infraestrutura S.A., conforme contrato de compra e venda de ações de 01/12/2014, devidamente aprovada pelo Juiz da Recuperação Judicial.

b) Refere-se aos créditos devidos pela Gerdau S.A, conforme o primeiro aditamento ao Instrumento jurídico particular de promessa de compra e venda de ações, celebrado em 24/12/2002., os valores estão sendo realizados conforme previsto no acordo assinado em 2018.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- c) Refere-se aos créditos devidos pela Andritz por conta dos saldos dos processos trabalhistas a serem liquidados em 2019.
- d) Refere-se aos acordos efetuados com Furnas Centrais Elétricas, referente ao acordo assinado em 2019 e os recebimentos estão sendo realizados.

NOTA 12- INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Participação em controladas/coligadas (a)	388.791	442.990	206.087	213.129
Bens não operacionais	23	23	23	23
Propriedade para Investimentos (b)	-	-	51.764	51.764
Outros investimentos (c)	2.616	2.616	2.617	3.223
	391.430	445.629	260.491	268.139

Participações em Controladas e Coligadas

a) Participações em empresas controladas/coligadas - Controladora

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Equivalência	
							31/12/2019	31/12/2018
Em 31 de Dezembro de 2018								
IESA - Projets, Equipamentos e Montagens S.A.(i)	584.384	1.721.151	(151.950)	(1.139.142)	100,00%	-	(151.949)	
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	850.832	516.171	(10.396)	334.662	49,72%	166.395	(5.168)	
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	182.547	11.523	358	171.024	100,00%	171.023	359	
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	240.252	134.680	(34.020)	105.572	100,00%	105.572	(34.020)	
Innovida Participações S.A.	3.907	10.453	-	(6.546)	100,00%	-	-	
						442.990	(190.778)	
Em 31 de dezembro de 2019								
Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado da Equivalência	
							31/12/2019	31/12/2018
IESA - Projets, Equipamentos e Montagens S.A.(i)	521.878	1.895.033	(286.141)	(1.373.155)	100,00%	-	(286.141)	(151.949)
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	824.541	486.620	(11.256)	337.921	47,07%	159.059	(5.297)	(5.168)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	182.957	11.580	353	171.377	100,00%	171.377	353	359
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	235.307	176.953	(47.218)	58.354	100,00%	58.355	(47.218)	(34.020)
Innovida Participações S.A.	3.907	10.453	-	(6.546)	100,00%	-	-	-
						388.791	(338.303)	(190.778)

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Participações em empresas controladas/coligadas - Consolidado

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado Equivalência
Em 31 de dezembro de 2018							
RIG Oil & Gas	28.672	16.282	(1.361)	12.480	16,66%	2.079	(227)
QUIP S.A.	146.066	115.086	(12.907)	20.890	13,25%	2.767	(1.710)
QGI INC	80.136	3.813	(57.730)	76.324	20,00%	15.285	(11.546)
QGI BRASIL	240.455	104.332	1.797	136.123	19,53%	26.614	351
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	27	-	(18)	27	35,00%	9	(6)
Companhia Brasileira de Diques S.A.	850.832	516.171	(10.396)	334.662	49,72%	166.395	(5.168)
						213.129	(18.306)
Em 31 de dezembro de 2019							
RIG Oil & Gas	27.131	16.897	(699)	12.213	16,66%	2.035	(113)
QUIP S.A.	141.397	125.968	(5.462)	15.429	13,25%	2.044	(725)
QGI INC	106.876	25.863	1.639	81.012	20,00%	16.202	328
QGI BRASIL	172.948	36.000	867	136.948	19,53%	26.746	140
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	4	26	(31)	(5)	35,00%	0	(10)
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	824.541	486.620	(11.256)	337.921	47,07%	159.060	(5.297)
						206.087	(5.677)

	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação em %	Participação no capital votante em %
	O. N.	P. N.		
Controladas/Coligadas				
IESA - Projetos, Equipamentos. e Montagens S.A.	149.799	-	74,60	100,00
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	47,07	47,07
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00

(i) IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A: A Companhia Controladora capitalizou em 2003 essa controlada, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada, em 30/04/2003 e 31/05/2003 de maio de 2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07/04/2003. Tendo em vista que essa controlada apresenta Passivo a Descoberto em 31/12/2019, a Companhia constituiu provisão até a totalidade desse valor, conforme descrito na nota 23.

(ii) Companhia Brasileira de Diques S.A: Refere-se à aquisição, em 31/03/2012, de 50% de participação no capital dessa Companhia, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, no valor de R\$608.734.

Conforme ata da AGE, de 29/06/2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72%.

Conforme ata da AGE de 28/06/2019, foi deliberado sobre o aumento do Capital de R\$2.636 mediante a emissão de 32.705 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$192,13. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pelo Fator Empreendimentos e Participações Ltda, pelos acionistas João Antonio Lopes Filho e Manoel Horácio Francisco da Silva. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72% para 47,07%.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Penta Participações e Investimentos Ltda: Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses- CEMAT. Em 11/12/2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

b) Propriedade para Investimentos: Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A., este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, em 28/02/2019.

c) Outros investimentos- O valor de outros investimentos no consolidado corresponde principalmente aos investimentos na Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.

NOTA 13 - IMOBILIZADO

Controladora	Edificações e Equipamentos						Outros	Total
	Terrenos	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática		
Taxas anuais de depreciação	0%	25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2018								
Custo	17.378	166.475	6.693	21	5.424	13	3.989	199.993
Depreciação Acumulada	-	(85.090)	(5.997)	(9)	(5.060)	(7)	(1.767)	(97.930)
Valor contábil líquido	17.378	81.385	696	12	364	6	2.222	102.063
Adições	18.108	-	-	-	-	-	-	18.108
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(3.212)	(163)	(2)	(18)	(2)	-	(3.397)
Baixas da Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	35.486	78.173	533	10	346	4	2.222	116.774
Em 31 de Dezembro de 2019								
Custo	35.486	166.475	6.693	21	5.424	13	3.989	218.101
Depreciação Acumulada	-	(88.302)	(6.160)	(11)	(5.078)	(9)	(1.767)	(101.327)
Valor contábil líquido	35.486	78.173	533	10	346	4	2.222	116.774
Consolidado								
Taxas anuais de depreciação	Edificações e Equipamentos						Outras	Total
	Terrenos	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática		
	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2018								
Custo	26.990	202.098	119.266	5.020	11.166	14.823	80.894	400.257
Depreciação Acumulada	-	(92.832)	(61.834)	(3.920)	(5.743)	(10.893)	(1.767)	(176.989)
Valor contábil líquido	26.990	109.266	57.432	1.100	5.423	3.930	79.127	283.268
Adições	30.664	-	43	-	2	40	-	30.749
Baixas	(2.400)	(12.839)	(25.507)	(6)	(2.237)	-	-	(42.989)
Depreciação	-	(3.602)	(4.485)	(257)	(134)	(1.083)	-	(9.561)
Baixas da Depreciação	-	1.268	7.863	5	2.237	-	-	11.373
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	55.254	94.093	35.346	842	5.291	2.887	79.127	272.840
Em 31 de Dezembro de 2019								
Custo	55.254	189.259	93.802	5.014	8.931	14.863	80.894	448.017
Depreciação Acumulada	-	(95.166)	(58.456)	(4.172)	(3.640)	(11.976)	(1.767)	(175.177)
Valor contábil líquido	55.254	94.093	35.346	842	5.291	2.887	79.127	272.840

OK

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/09 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por "impairment".

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação: A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção "in loco" de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado. Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 14- INTANGÍVEL.

	Controladora		
	Marcas e Patentes	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2018			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513
Saldo Final 31/12/2019			
	-	391.513	391.513
Em 31 de Dezembro de 2019			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513

	Consolidado				
	Marcas e Patentes	Desenvolv Projetos	Programas de Computador	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	20%	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2018					
Custo	247	937	34.076	391.513	426.773
Amortização acumulada	(247)	(840)	(16.489)	-	(17.576)
Valor contábil líquido	-	97	17.587	391.513	409.197
Amortização					
	-	(88)	(2.551)	-	(2.639)
Saldo Final	-	9	15.036	391.513	406.558
Em 31 de Dezembro de 2019					
Custo	247	937	34.076	391.513	426.773
Amortização acumulada	(247)	(928)	(19.040)	-	(20.215)
Valor contábil líquido	-	9	15.036	391.513	406.558

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A.(CBD), foi efetuada por empresa de consultoria e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfiz o valor total de R\$1.217.468.

Conforme laudo de avaliação da empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, emitido em 28/02/19, o valor da CBD é de R\$1.245.661, sendo a participação da Inepar de 47,07%.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 15- FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				
Modalidade				
Adiantamento de Câmbio	-	-	29.222	27.578
Arrendamentos Financeiros	-	-	106.029	86.223
Ativo Permanente	106.029	71.258	106.236	83.092
Capital de Giro	5.966	-	241.487	196.893
Total Circulante	111.995	71.258		
Não Circulante				
Ativo Permanente	276.417	287.032	296.210	307.441
Total Não Circulante	276.417	287.032	296.210	307.441
Total de Empréstimos e Financiamentos	388.412	358.290	537.697	504.337
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Por Data de Vencimento / Em negociação				
Vencidos	94.149	65.692	224.694	193.674
Em até 12 meses	17.421	16.398	19.802	18.566
De 1 a 2 anos	42.779	39.895	45.160	42.063
De 2 a 3 anos	17.421	16.398	19.802	18.566
De 3 a 4 anos	17.421	16.398	19.802	18.566
De 4 a 5 anos	17.421	16.398	19.802	18.566
Acima de 5 anos	181.800	187.211	188.735	194.436
Total de Empréstimos e Financiamentos	388.412	358.290	537.697	504.337
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Por Tipo de Moeda				
Reais - R\$	388.412	358.290	508.475	463.362
Dólar Norte-Americano - R\$	-	-	29.222	40.975
Total de Empréstimos e Financiamentos	388.412	358.290	537.697	504.337

Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, sendo US\$1,00 equivalente a R\$4,03 em 31/12/2019 (R\$3,89 em 31/12/2018), sendo que os impactos sobre a variação estão demonstrados na nota 4, item análise de sensibilidade.

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes.

NOTA 16- DEBÊNTURES (CONTROLADORA)

Emissão	Empresa	Saldo 31/12/2018	Adições/ Baixas	Saldo 31/12/2019
3ª	Inepar S.A. Indústria e Construções	1.890	10	1.900
4ª	Inepar S.A. Indústria e Construções	2.766	358	3.124
5ª	Inepar S.A. Indústria e Construções	109.116	6.213	115.329
	SALDO CONTROLADORA	113.772	6.581	120.353

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções: A 80ª AGE, de 18/07/2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10 totalizando o montante de R\$150.000. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07/12/1976.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As Debêntures emitidas possuem garantias reais representadas pela cessão fiduciária de direitos creditórios e de aplicação financeira e alienação fiduciária de bem imóvel. As Debêntures contarão com as garantias a seguir descritas:

- (i) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de instrumentos celebrados pela IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e seus clientes, bem como dos direitos emergentes da conta vinculada e de suas aplicações;
- (ii) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da IESA Óleo & Gás S.A.;
- (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios sobre aplicação financeira de titularidade da Companhia; e
- (iv) fianças em favor dos Debenturistas ou seus sucessores legais, prestadas pelas empresas Inepar Administração e Participações S.A, IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A e pela IESA Óleo & Gás S.A., as quais se obrigarão solidariamente à Companhia como fiadoras e principais pagadoras pelo pagamento de todos e quaisquer valores devidos nos termos da Escritura de Emissão.

Remuneração das Debêntures: As debêntures farão jus à remuneração composta pela atualização monetária e pelos juros remuneratórios, pagos mensalmente, a partir do 13º mês contado da data de emissão (alterado pela 5º AGD de 26/03/2013), conforme abaixo:

Atualização Monetária: o saldo devedor do valor nominal unitário será atualizado, a partir da data da 1ª (primeira) integralização das Debêntures, pela variação acumulada do IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A atualização monetária será automaticamente incorporada ao valor nominal unitário e será paga juntamente com as parcelas de amortização programada; e

Juros Remuneratórios: sobre o saldo devedor do valor nominal unitário atualizado, incidirão juros prefixados, correspondentes a um percentual ao ano, equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data da primeira integralização ou data de pagamento dos juros remuneratórios das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento;

Prazo de Carência: haverá período de carência para pagamento da Amortização Programada e da Remuneração, o qual corresponderá ao período entre a data de emissão e o 14º (décimo quarto) mês contado da data de emissão (alterado pela 18º AGD de 27/09/13).

Data de Vencimento: 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão, ou seja, no dia 27/07/2016.

Amortização Programada das Debêntures: a amortização programada das Debêntures será realizada mensalmente, juntamente com o pagamento da remuneração, nas datas e nos percentuais aduzidos na escritura de emissão, devendo os percentuais das amortizações programadas serem aplicados sempre sobre o valor nominal unitário atualizado existente após o evento de incorporação da atualização monetária, calculada na data de amortização programada. Até 31/12/2019, haviam sido subscritas 8.634 debêntures, cujo saldo contábil atualizado registrado no passivo é de R\$120.353.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme deliberação da 22ª AGD da 5ª emissão, realizada em 16/04/2014, a totalidade dos debenturistas deliberou pelo vencimento antecipado da operação. Em virtude desta decisão, os valores foram reclassificados para o passivo circulante. A Companhia está em negociações com os debenturistas para a liquidação do saldo existente.

NOTA 17- IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Parcelamento Especial Lei 11.941/09 (a)	496.897	436.168	564.429	496.132
ICMS a recolher/Parcelamentos	40.344	40.562	69.480	66.605
INSS a recolher/Parcelamentos	4.662	4.227	60.613	59.062
PIS/COFINS Diferido	2.889	518	14.303	11.933
ISS a recolher/Parcelamentos	8.147	71.974	25.530	88.251
PIS/COFINS a recolher/Parcelamentos	27.830	12.291	67.582	49.629
Impostos e Contribuições retidos na fonte	4.318	2.371	8.457	5.697
Parcelamento Refis lei 12.996/14 (b)	96.544	17.648	231.240	152.940
Outros	2.743	6.026	20.694	23.137
	684.374	591.785	1.062.328	953.386
Circulante	420.448	364.925	771.915	597.823
Não Circulante	263.926	226.860	290.413	355.563

a) Refere-se aos valores remanescentes dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 11.941, de 2009, conforme artigo 1º demais débitos no âmbito da Receita Federal do Brasil. Os demais parcelamentos que estavam consolidados de acordo com a Lei nº 11.941 foram transferidos para os parcelamentos previstos na Lei nº 12.996/14.

b) Em 25/08/2014, a empresa com base na Lei nº 12.996 de 18/06/2014, solicitou os parcelamentos dos débitos junto a PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e débitos junto à Receita Federal do Brasil nas modalidades de débitos previdenciários e demais débitos.

Os efeitos contábeis dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 12.996, foram reconhecidos no exercício de 2015 tendo em vista que a empresa, por questões financeiras, não apresentou, em agosto de 2014, os recolhimentos das antecipações.

Para quitação das antecipações de até 20% previstas no Programa REFIS da Lei 12.996, em 27/07/15 a Inepar obteve decisão judicial favorável quanto à utilização de créditos depositados judicialmente pela empresa AHI (Andritz Hidro Inepar).

A consolidação dos débitos tributários no âmbito da Receita Federal do Brasil foi efetuada em setembro de 2015, conforme instruções da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1064 de 30/07/2015 e os demais débitos previdenciários ainda serão consolidados. Para liquidação dos juros e multas foram utilizados créditos com base no prejuízo fiscal e base negativa de CSLL nos montantes de R\$58.341 e R\$1.003 respectivamente. Os parcelamentos efetuados conforme informado nos itens anteriores foram migrados para a Transação Individual, estabelecido pela Lei nº. 13.988/2019 (Conversão da MP-899/2019), regulamentada pela Portaria PGFN nº 9.917/2020.

Os parcelamentos efetuados conforme informado nos itens anteriores foram migrados para a Transação Individual, estabelecido pela Lei nº. 13.988/2019 (Conversão da MP-899/2019), regulamentada pela Portaria PGFN nº 9.917/2020.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 18- PROVISÃO DE CUSTOS E ENCARGOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ICMS s/Receitas	2.303	2.303	4.804	4.804
ISS s/Receitas	-	-	685	711
Custos a Incorrer	-	-	112.389	112.389
	2.303	2.303	117.878	117.904
Circulante	-	-	115.575	115.601
Não circulante	2.303	2.303	2.303	2.303

Provisão de custos e encargos refere-se a etapas de serviços contratados que ainda não foram faturados pelos respectivos fornecedores. O valor de R\$112.389 no consolidado refere-se, principalmente, ao projeto de Charqueadas da controlada IESA Óleo & Gás S.Á., cuja rescisão está sendo cancelado por parte da TUPI BV e cuja rescisão será discutida em processo de arbitragem internacional.

NOTA 19- ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

CONSOLIDADO	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	148.754	154.425
Adições/Baixas	39	(5.671)
Saldo Final	148.793	148.754

Adiantamentos ou sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

NOTA 20 - IMPOSTOS DIFERIDOS

20.1. Tributos Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidas foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora					
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temp.	Total	Res. Reavaliação	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	
		Total			Total	
Em 31 de dezembro de 2018	31.856	31.856	15.506	16.772	(422)	31.856
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	13	13
Baixa dos Tributos	(400)	(400)	(400)	(422)	-	(822)
Em 31 de dezembro de 2019	(480)	(480)	15.026	16.350	(409)	30.957

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado								
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos					
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Difer Temp.	Total	Res Reav.	Lucros Estatais	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
			Total						Total
Em 31/12/2018	9.213	63.848	73.061	15.506	40.003	11.190	25.272	13.592	105.563
Constituição dos Tributos	-	413	413	-	-	-	-	13	13
Baixa dos Tributos	(470)	(1.994)	(2.464)	(480)	(37)	(19)	(955)	(200)	(1.781)
Em 31/12/2019	8.743	62.267	71.010	15.026	39.966	11.171	24.317	13.315	103.795

20.2. Despesas com Tributos sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro	(451.507)	(311.517)	(463.786)	(321.808)
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	-	-	(120)	(122)
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Adições/Exclusões	(83.295)	(56.904)	(102.661)	(78.892)
Resultado de Equivalência Patrimonial	83.703	56.535	102.496	81.774
IRPJ / CSLL no Resultado	408	(369)	(285)	2.760
Tributos Correntes	-	-	-	-
Tributos Diferidos	408	(369)	(285)	2.760
Alíquota Efetiva	0,09%	-0,12%	0,06%	-0,86%

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 21 - PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas inclusas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam. Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31/12/2019 nas demonstrações financeiras da Controladora:

	Contas Correntes	
	31/12/2019	31/12/2018
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	297.739	210.127
Inepar Administração e Participações S.A.	58.221	52.154
IESA - Óleo & Gás S.A.	34.862	58.199
TT Brasil Estrutura Metálicas S.A.	-	1.935
IESA Transportes S.A.	4.087	48.962
Contas a Receber Empresas ligadas	-	11.078
Afac Inepar Innovida Latin America S.A.	6	6
Afac Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	5.400
Afac Penta Participações S.A.	9.891	9.891
Afac Usina Hidrelétrica de Cubatão	646	646
	410.852	398.398

	Passivo Não Circulante	
	Contas Correntes	
	31/12/2019	31/12/2018
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	201.996	201.996
Penta Participações e Investimentos Ltda	155.492	155.494
Cia Brasileira de Diques S.A.	467	440
Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	17.502	5.253
Demais Empresas	18	3.957
	375.475	367.140

Contas Correntes: A tabela a seguir, apresenta a movimentação das contas correntes com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

ATIVO	Saldo	Adições/ Baixas/Var.	Saldo
	31/12/2018	Monetária	31/12/2019
Empresas			
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	210.127	87.612	297.739
Inepar Administração e Participações S.A.	52.154	6.067	58.221
IESA - Óleo & Gás S.A.	58.199	(23.337)	34.862
TT Brasil Estrutura Metálicas S.A.	1.935	(1.935)	-
IESA Transportes S.A.	48.962	(44.875)	4.087
Contas a Receber Empresas ligadas	11.078	(11.078)	-
AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A.	6	-	6
AFAC - Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	-	5.400
AFAC - Penta Participações Ltda.	9.891	-	9.891
AFAC - Usina Hidrelétrica de Cubatão	646	-	646
	398.398	12.454	410.852
PASSIVO			
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (a)	201.996	-	201.996
Penta Participações e Investimentos Ltda (b)	155.494	(2)	155.492
Cia. Brasileira de Diques S.A.	440	27	467
Demais Empresas	9.210	8.310	17.520
	367.140	8.335	375.475

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.
- b) Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT alienado pela controlada Penta a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, pelo valor de R\$155.492, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES.

NOTA 22 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	225.033	57.535	384.510	186.568
Adições	101.086	171.062	226.951	207.358
(-) Baixas	(83.609)	(3.564)	(94.050)	(9.416)
Saldo Final	242.510	225.033	517.411	384.510

	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
	CONTROLADORA		CONTROLADORA		CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	992	27.406	992	30.454	39.674	82.477	39.674	88.488
Tributárias	840.973	206.819	840.973	167.640	955.485	395.602	955.485	243.516
Cíveis	55.414	8.156	55.414	26.809	104.164	38.732	104.164	51.846
Outras	-	129	-	130	-	600	-	660
	897.379	242.510	897.379	225.033	1.099.323	517.411	1.099.323	384.510

Trabalhistas: Reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes no consolidado montam em R\$82.488 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

Tributárias: Representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, apresenta possibilidade de reduções de valores com prescrição de acordo com a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação várias legislações vigentes.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cíveis: Na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

Contrato com a Tupi BV/PNBV: O contrato assinado entre a Iesa Óleo & Gas S.A. e a Tupi B.V ("TUPI") em 26/07/2012, com aditivos posteriores, para realizar a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo, foi rescindido unilateralmente pela Tupi B.V., Conforme previsto em cláusula contratual, foi instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, registros de contas a receber, adiantamentos a fornecedores, estoques, provisão para custos a incorrer.

NOTA 23 - PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

Refere-se à provisão do passivo a descoberto no montante de R\$1.327.252 (R\$1.103.780 em 31/12/2018) para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A e Inepar Innovida Participações S.A.

NOTA 24 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Delft Administração e Participações S.A.	-	-	-	3.662
Obrigações imóvel de Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Provisão de diversas obrigações a pagar (a)	36.574	19.050	97.604	62.356
Swiss Re Corporate (b)	17.240	11.674	17.240	11.674
Andritz Hydro (c)	75.564	70.457	75.564	70.457
	132.378	104.181	193.408	151.149
Circulante	132.378	95.495	192.443	141.539
Não circulante	-	8.686	965	9.610

- a) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial.
- b) Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital.
- c) Refere-se ao saldo a pagar para Andritz Hydro S.A. por conta da transferência de créditos tributários que estão sendo utilizado pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% do Programa REFIS da Lei nº 12.996/14. Este valor será liquidado em 60 parcelas mensais.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: O Capital Social integralizado é de R\$412.484, formado por 4.812.385 ações ordinárias e 3.156.808 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76.

b) Reserva de Capital: As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$180.292 e está assim composta:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$4.271 e R\$79.707 para a formação de reserva de capital.

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$4.049 e R\$75.565 para a formação de reserva de capital.

- Conforme a 88ª AGE, de 12/08/2019 foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$28.185, mediante a emissão particular de 398.266 ações ordinárias sendo destinado a conta de capital.

c) Reserva de Reavaliação- (i) De Ativos Próprios- É constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. (ii) Nas Sociedades Controladas e Coligadas – os saldos são compostos pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados. A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

d) Debêntures Perpétuas: As debêntures perpétuas apresentam o saldo de R\$335.741 e estão assim compostos:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$167.234 para a 6ª emissão e de R\$66.433 para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00 (um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$10.268 para a 8ª emissão e de R\$3.926 para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

- No exercício foram convertidas em ações ordinárias 8.072, em substituição as debêntures perpétuas.

- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019, foi autorizado a emissão 10ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada e quantidade de debêntures 121.550 e valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$121.550.

- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019 foi autorizado a emissão 11ª emissão de debêntures perpétuas. As debêntures serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia a qualquer tempo. Quantidade de debêntures: 6.507 mil, com valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$6.507.

e) Créditos quirografários a converter: Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$99.157 Estes créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

f) Ajustes de avaliação patrimonial: Apresenta o saldo de R\$842.396, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$789.723, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª, 9ª e 11ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com as escrituras destas emissões. Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que elas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

g) Destinação do Lucro: Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 26 - RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	31/12/2019	31/12/2018
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(189.072)	(138.974)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(262.027)	(172.912)
	<u>(451.099)</u>	<u>(311.886)</u>
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	3.157	3.157
Quantidade de ações ordinárias emitidas	4.812	4.320
Total	<u>7.969</u>	<u>7.477</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações		
Ação preferencial	(59,893)	(44,024)
Ação ordinária	(54,448)	(40,022)

NOTA 27- RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Vendas mercado interno	15.686	56.560
(-) Impostos sobre as Vendas	(2.543)	(7.693)
Receita de Vendas	<u>13.143</u>	<u>48.867</u>

NOTA 28 - DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Despesas Financeiras				
Juros sobre impostos e contribuições	(25.029)	(19.327)	(47.941)	(39.642)
Juros / despesas bancárias	(49.107)	(7.225)	(73.910)	(22.815)
Atualizações de Mútuos Passivos	-	-	556	(688)
Variação monetária passiva	-	(28)	-	-
Outras despesas financeiras	(2.613)	-	(2.632)	(12.379)
Variações cambiais	-	(54)	(6.724)	(278.146)
	<u>(76.749)</u>	<u>(26.634)</u>	<u>(139.071)</u>	<u>(353.670)</u>
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	1	1	14	10
Receitas atualização debêntures	989	1.987	989	1.986
Juros auferidos	638	2	848	16
Variações monetárias ativas	1.600	4.183	1.600	4.629
Atualizações de Mútuos Ativos	-	-	512	10
Outras receitas financeiras	-	1.052	273	4.322
Variações cambiais	-	99	3.557	269.845
	<u>3.228</u>	<u>7.324</u>	<u>7.793</u>	<u>280.818</u>
	<u>(73.521)</u>	<u>(19.310)</u>	<u>(131.278)</u>	<u>(72.852)</u>

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 29- COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado pela Companhia IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 30 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários	1.710	1.584	34.363	34.910
Gastos Previdenciários	1.407	1.549	6.610	10.348
Total	3.117	3.133	40.973	45.258

NOTA 31 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração de Conselheiros	588	1.124	640	1.180
Remuneração de Diretores	1.076	1.108	4.584	3.172
Total	1.664	2.232	5.224	4.352

NOTA 32 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Consolidado	Geração / Equipamentos	Gás/outros	Total
Receita bruta total	15.424	262	15.686
Impostos/Deduções	(2.512)	(31)	(2.543)
Custos dos Produtos e Serviços	(6.706)	(4.437)	(11.143)
Total	6.206	(4.206)	2.000

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 33 – TRATATIVAS QUE IRÃO GERAR EVENTOS SUBSEQUENTES:

A Administração da Companhia está em fase de negociação com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações correntes.

As operações dos itens a/b/c/d serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

- a) Alienação das ações da UPI IOG;
- b) Alienação das ações da UPI Charqueadas, imóvel localizado no município de Charqueadas;
- c) Alienação do imóvel situado no município de Macaé.
- d) Alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.
- e) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.
- f) A IESA Óleo & Gás S.A, instaurou arbitragem contra a TUPY-BV E PNBV, visando o ressarcimento dos valores devidos pelo cancelamento unilateral do contrato. A Companhia está empenhada em atender todas as demandas do Plano de Recuperação Judicial, visando em data muito próxima a saída da recuperação judicial.
- g) Conforme aviso aos acionistas a Inepar S/A. Indústria e Construções e em conformidade com o § 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e a Instrução CVM nº 358, de 03/01/02, comunicou aos seus acionistas e ao mercado que a Companhia, IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. vem mantendo tratativas há aproximadamente quatro meses com a GEOTERRA EMPREENDIMENTOS E TRANSPORTES S.A. (“GEOTERRA”) que representa interesses de um conjunto de empresas da República de Belarus, Rússia, China e Alemanha, para a compra, na forma de UPI (Unidade de Produção Independente), da unidade da IESA localizada em Araraquara. Até a presente data, ainda não foi concretizada a referida operação.
- h) A Companhia está implantando um programa para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura.
- i) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes.
- j) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos.
- k) Finalização do trabalho de redução dos passivos fiscais com a análise detalhada de todos os valores que estão em cobrança na atualidade.

NOTA 34 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o SARS-CoV-2 (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 poderá ser revisada.

Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa 5 sobre riscos de mercado, não há exposição significativa à variação cambial.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro
Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Atilano de Oms Sobrinho
Cesar Romeu Fiedler
Di Marco Pozzo
Valdir Lima Carreiro
Irajá Galliano Andrade
Carlos Alberto Del Claro Gloger
Márcio Barreira Campello

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos:

Acionistas e Administradores da

Inepar S.A. Indústria e Construções- Em Recuperação Judicial

Curitiba - PR

1. Abstenção de Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Inepar S.A. Indústria e Construções-Em Recuperação Judicial ('Companhia'), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Inepar S.A. Indústria e Construções-Em Recuperação Judicial, pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para Abstenção de Opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2. Base para abstenção de opinião (Valores expressos em milhares de Reais-R\$)

2.1. Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional- Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas: Inepar-Equipamentos e Montagens S.A, IESA Projetos e Montagens S.A e IESA Óleo e Gás S.A encontram-se em Recuperação Judicial desde o ano de 2014, e o plano da RJ apresentado pelo Grupo Inepar foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Em 31/12/2019, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas Controladas, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Nessa data, a Companhia apresentou no consolidado prejuízo no exercício de R\$464.071, passivo a descoberto de R\$2.015.998 e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$1.177.063. Ademais, as diretrizes de curto prazo traçadas no Plano de Viabilidade Econômico-Financeira e Comercial do Grupo Inepar não se concretizaram até a presente data. A efetiva execução do plano de recuperação aprovado definirá a perspectiva de a Companhia fazer face aos seus compromissos e dar continuidade normal às suas operações.

2.2. Limitações de escopo de auditoria- Em 31/12/2019, compreendem os assuntos descritos a seguir nos subitens 2.2.1. a 2.2.6.:

2.2.1. Não auditoria no investimento mantido na Controlada Penta Participações e Investimento Ltda e na IESA Tecnologia e Transportes S.A- Em decorrência dessa limitações, não pudemos nos certificar quanto aos saldos contábeis do investimento mantido na Controladora de R\$171.377 e R\$33.071 e das respectivas contas patrimoniais aglutinadas nas demonstrações financeiras consolidadas dessa data.

2.2.2. Limitação sobre confirmações externas de saldos contábeis- Não obtivemos respostas de confirmações (circularizações) enviadas às Instituições financeiras, não tendo sido possível a aplicação de procedimentos alternativos de auditoria no exercício findo nessa data. Sendo assim, podem existir eventualmente saldos contábeis passivos não registrados em suas demonstrações financeiras nessa data.

2.2.3. Investimentos mantidos em Coligadas- Não nos foram apresentados os papéis de trabalho que suportam os relatórios dos auditores independentes das coligadas indiretas Quip S.A, RIG Oil & Gas Contractors Inc. e QGI Oil & Gas Inc, cujo percentuais de participação indiretas são 11,66%, 14,66% e 17,60% respectivamente. Adicionalmente, obtemos os relatórios dos auditores independentes das respectivas coligadas indiretas. Isto posto, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequação dos saldos registrados nas rubricas de Investimentos, Provisão para passivo a descoberto e Resultado de equivalência patrimonial e seus possíveis efeitos nas suas demonstrações financeiras nessa data.

2.2.4. Realizações financeiras de imobilizado e de intangível- Em 31/12/2019, a Companhia e suas Controladas diretas IESA Óleo e Gás S.A e IESA Tecnologia e Transportes S.A., possuem saldos contábeis registrados nas rubricas do seu Imobilizado e do Intangível, pelas cifras de R\$139.071 e R\$15.045, respectivamente. Em função dos sucessivos prejuízos operacionais, apurados pela Companhia e suas controladas, tornou-se necessário efetuar avaliação de impairment desses ativos. Contudo, além da inexistência de séries históricas consistentes, o plano de negócio desenvolvido pela Companhia e suas controladas considera cenários compostos por premissas vinculadas e ocorrências de eventos futuros, tais como a retomada das operações no segmento ou a venda destes ativos, cujo valores não podem ser mensurados com confiança. Essas limitações nos impedem de concluir quanto a necessidade de ajustes ao valor de realização dos citados saldos contábeis, bem como a eventual complemento da "Provisão para passivo a descoberto", nas demonstrações financeiras.

2.2.5. Não auditoria nos Consórcios e dos Custos dos serviços prestados e despesas incorridos e mantidos na Controlada IESA Óleo e Gás S.A- No exercício findo em 31/12/2019, não foram auditados os custos e despesas registrados nos consórcios mantidos na UPGN Comperj, Consórcio QGGI-HDT Comperj, Consórcio QI-Reduc Plangás, Consórcio Caraguatatuba-UTGCA, cujas cifras contábeis nessa data totalizam R\$4.437, os quais nos impediram auditássemos nessa data.

2.2.6. Cancelamento de contrato de fornecimento da Controlada IESA Óleo e Gás S.A para o cliente Tupi BV/Petrobras- Conforme descrito na nota explicativa nº22, às demonstrações financeiras, o contrato de fornecimento de grandes equipamentos flutuantes para produção, estocagem e transferência de petróleo foi rescindido unilateralmente pelo cliente. Conforme previsto em cláusula contratual, está instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos de Contas a receber de R\$117.545, Provisão passiva de custos e encargos de R\$112.415 e Adiantamentos passivos sobre encomendas de R\$83.340. Em 31/12/2019, essas limitações nos impedem de concluir quanto à adequação desses saldos contábeis nas demonstrações financeiras.

3. Ênfases (valores em milhares de Reais-R\$)

Apresentamos a seguir, as ênfases para o exercício findo em 31/12/2019, cujos assuntos descritos não contém modificações em nosso relatório de auditoria:

3.1. Saldos contábeis e transações mantidos com Partes relacionadas- Em 31/12/2019, conforme mencionado na nota explicativa nº21, a Companhia e suas Controladas mantém saldos e transações por valores significativos com partes relacionadas que que poderia ser diferente daquele que seria obtido de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas.

3.2. Impostos e Contribuições a recolher- Em 31/12/2019, como demonstrado na Nota Explicativa nº 17, a Companhia e suas Controladas efetuou a provisão para contingências, abrangendo o seu contencioso tributário nos termos da Lei nº. 13.988/2019 (Conversão da MP-899/2019), regulamentada pela Portaria PGF nº. 9.917/2020. Para essa data, os cálculos efetuados pela Companhia, ainda em fase de homologação pela Secretaria Receita Federal, e respectiva contabilização dessa provisão contemplam a redução integral de multas e juros à razão de 50%.

4. Outros assuntos

4.1. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)- Fomos contratados para examinar a Demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre essa Demonstração do valor adicionado (DVA) , pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção acima intitulada "Base para Abstenção de Opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essa Demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)..

4.2. Auditoria do exercício precedente findo em 31/12/2018 (Relatório de auditoria por nós emitido em 21/06/2019)-As correspondentes demonstrações financeiras foram por nós auditadas e o nosso relatório de auditoria abordaram os assuntos por nós mencionados nos itens 2.2. Limitações de escopo de auditoria e 3. Ênfases- subitem 3.1 e quanto ao prazo de prescrição de tributos.

5. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

6. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

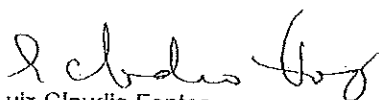
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e de suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

7. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 26 de junho de 2020.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Luiz Claudio Fontes".

Luiz Claudio Fontes

Contador CRC 1RJ-032.470/O-9 "S" – SP

RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

The logo for RSM (Registered System of Movers) is located at the bottom left. It consists of a horizontal bar with a textured, grid-like pattern above the letters "RSM" in a bold, sans-serif font.

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, no uso de suas atribuições legais, examinou o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2019. Com base nos exames efetuados e considerando, ainda, a abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras dos auditores externos RSM Bras Auditores Independentes S/S, datado de 26 de junho de 2020, bem como as informações e esclarecimentos que os mesmos prestaram, devem ser consideradas as informações complementares constantes da ata, deste Conselho Fiscal, desta data e os parágrafos de abstenção de opinião, incertezas e ênfases apontadas no parecer pelos auditores independentes acima mencionados, a saber: 1. Abstenção de Opinião sobre as demonstrações financeiras; 2. Base para abstenção de opinião (valores em milhares de Reais - R\$): 2.1. Incerteza significativa relacionada a continuidade operacional; 2.2 Limitações de escopo de auditoria; 3. Ênfases (valores em milhares de Reais - R\$) 3.1. Saldos contábeis e transações mantidos com Partes relacionadas; 3.2. Impostos e Contribuições a recolher; 4. Outros Assuntos : 4.1. Demonstração do Valor Adicionado (DVA); 4.2 Auditoria do exercício precedente findo em 31/12/2018 (Relatório por não emitido em 21/06/2019); 5 Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor; 6 Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras; 7. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Os conselheiros por unanimidade optam pela abstenção de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras.

Curitiba/PR, 02 de julho de 2020

Adrian Monge Jara Bernardo Corazza

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 61.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, centro, centro na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus Diretores infra assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 26 de junho de 2020.

Irajá Galliano Andrade Manacésar Lopes dos Santos
Diretor Administrativo Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente.

DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 61.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, centro, centro na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus Diretores Infra assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e informam que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer com abstenção de opinião, porém entende que Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações.

São Paulo, 26 de junho de 2020.

Irajá Galliano Andrade Manacésar Lopes dos Santos
Diretor Administrativo Diretor de Relações com Investidores